ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PRINCÍPIOS E PROCESSOS

ALINE DE JESUS

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar reflexões a respeito da alfabetização e letramento na educação infantil desde o início da leitura e escrita, pois sempre houve uma preocupação acerca da atuação do profissional da educação desde a criação das primeiras escolas.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica acerca do tema Alfabetização e letramento: princípios e práticas, discutindo acerca da inserção da alfabetização e as diversas formas de interpretação ao longo da história e de como esses processos realmente ganharam novos olhares ao longo da história.

Como conclusão, foi possível afirmar a importância do profissional de pedagogia como agente ativo junto ao serviço educacional. O professor é categoricamente parte integrante do processo que, juntamente com outros profissionais, trabalha pela autonomia, independência e transformação da realidade de sujeitos em processo de aprendizagem escolar. É uma atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, da saúde, com a promoção da vida e que leva em conta o contexto no qual vive a população atendida.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Alfabetização; Letramento.

INTRODUÇÃO

Todo trabalho de pesquisa surge da necessidade de encontrar respostas para questionamentos que surgiram sobre um determinado tema, seja na nossa atuação profissional, ou não. Este trabalho tem como objetivo investigar a importância da Alfabetização e Letramento para a Pedagogia, seu percurso histórico e claro definir a atuação de cada um na vida das crianças.

Com o progresso da sociedade, novas áreas de atuação profissional surgiram e diante da diversidade de possibilidades que apresentam considerei importante esta pesquisa, por que tem se observado a falta de clareza quanto à definição e diferenciação correta de letramento e alfabetização. A população, ao longo do tempo, reuniu diferentes concepções dos trabalhos docentes e divergiu em muito a respeito do assunto que historicamente foi discutido por diversos pedagogos e autores que se interessaram pelo assunto.

Ao refletir sobre as possibilidades de trabalhos interdisciplinares na direção da produção de novos conhecimentos teórico-práticos, inicialmente torna-se interessante apresentar, de forma breve, o processo de construção da Pedagogia como Ciência e o entendimento histórico acerca do tema abordado, para que só então consigamos compreender como chegamos á forma de ensino que conhecemos hoje.

Partindo deste princípio, é que se busca através deste trabalho de conclusão de curso, pesquisar qual a atuação do pedagogo. Vale ressaltar que o interesse pela temática parte dos questionamentos que ainda tenho acerca do tema.

LER E ESCREVER NA EDUCAÇÃO INFANTIL- DISCUTINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ana Carolina Perrusi BRANDÃO & Ester Calland de Sousa ROSA.

Belo Horizonte: Autêntica 2011, p. 23

Nesta obra há uma forte reflexão sobre o papel da Educação Infantil na ampliação do contato das crianças com o mundo da escrita. Como será possível notar, o que é considerado essencial no planejamento de situações em que se vivenciam, nessa etapa da Educação Básica, práticas de leitura e escrita, sem que isso signifique desconsiderar suas necessidades e interesses. Assim, é defendido o espaço da linguagem escrita, ao lado das outras tantas linguagens (plástica, corporal, musical, de faz de conta) em que os meninos e meninas podem se expressar e se desenvolver, conforme destaca o educador italiano Malaguzzi (1999). E que seja enfatizado ainda que "ensino" não precisa ser uma palavra proibida na Educação Infantil, como pretende alguns autores. Muito pelo contrário, entendemos que há muito que ensinar para as crianças menores de seis anos. Neste sentido, apontarei no que se refere à escrita, algumas alternativas para um ensino pleno de significado para as crianças e que, portanto, considere suas reações, o que aprendem, como aprendem e o que lhes interessa aprender. Para atingir o objetivo proposto, é discutido como diferentes concepções sobre a apropriação da leitura e da escrita se articulam e se materializam no trabalho proposto em salas de Educação Infantil.

Em seguida, são explicitadas as diretrizes pedagógicas para tal ensino com vistas a orientar a professora em seu fazer cotidiano relativo a esse objeto de conhecimento. Finalmente, são apresentadas algumas possibilidades de atividades, agrupadas em cinco blocos, especificamente dirigidas para a alfabetização e letramento na Educação Infantil.

A leitura e a escrita na Educação Infantil: alguns percursos No Brasil, até os anos 60 do século XX, predominava o discurso da "maturidade para a alfabetização". "Em outras palavras, a aprendizagem da leitura e da escrita resultaria de um "amadurecimento" de certas habilidades, de modo que "o ensino" estaria condicionado a esse desabrochar natural" que, supostamente, deveria ocorrer em torno dos seis ou sete anos. Acreditava-se, ainda, que a criança não teria qualquer interesse em ler e escrever até essa idade e que tentativas de a alfabetizar antes disso eram vistas até mesmo como prejudiciais ao seu desenvolvimento, já que as crianças não estariam prontas para essa aprendizagem. Em síntese, a prontidão para a alfabetização significaria, de acordo com Poppovic e Moraes (1966, p. 5), "[...] ter um nível suficiente, sob determinados aspectos, para iniciar o processo da função simbólica que é a leitura e sua transposição gráfica, que é a escrita".

Com base nesse conceito, as autoras propuseram na época um "Programa para o desenvolvimento de funções específicas" contendo exercícios que visavam ao trabalho com diferentes aptidões e atitudes consideradas prévias à aprendizagem da escrita. Conforme enfatizavam as autoras, a finalidade não era "entrar no campo da alfabetização, mas sim dar elementos à professora para a elaboração de um programa graduado de exercitação que pusesse as crianças em condições adequadas para enfrentar esse processo". Os exercícios propostos eram divididos em três etapas: (1) os sentidos (a vista, o olfato, o paladar, a audição e o tato), (2) as funções específicas (i.e. noções quantitativas, orientação espacial e temporal e esquema corporal) e (3) o grafismo.

As autoras salientavam ainda que:

O treinamento motor, que está incluído em todos os exercícios, é feito em forma de recorte e colagem na 1ª e 2ª etapas e com o uso do lápis na 3ª etapa. O uso de formas gráficas como números e letras não significa uma entrada no campo da escrita, o que seria totalmente prematuro, antes da aquisição da leitura, mas apenas um treinamento motor da movimentação direcional certa que a criança necessitará mais tarde (Poppovic; Moraes, 1966, p. 23).

Com base nesses princípios, pode-se concluir que o trabalho na Educação Infantil deveria evitar qualquer contato direto com a leitura e a escrita e se concentrar no estímulo aos chamados "pré-requisitos" para aprender a ler e escrever, tais como o desenvolvimento de habilidades de coordenação viso motora, memória visual e auditiva, orientação espacial, articulação adequada de palavras, certo grau de atenção e concentração, boa alimentação, entre outros.

Observa-se que tal concepção sobre a aprendizagem da leitura e da escrita teve um impacto na orientação de políticas públicas para o atendimento a crianças em pré-escolas nos anos 1970 e 1980 do século XX, bem como nas atividades realizadas em salas de Educação Infantil por todo o País. Porém, já nos anos 1920 e 1930, pesquisadores questionavam essas noções. Vygotsky (1984), por exemplo, salientava que bem antes dos seis anos as crianças eram capazes de descobrir a função simbólica da escrita e até começar a ler aos quatro anos e meio. Para ele, o problema maior não era a idade em que a criança seria alfabetizada, mas sim o fato de a escrita ser "ensinada como uma habilidade motora, e não como uma atividade cultural complexa" (p.133). Assim, criticava o trabalho da maioria das escolas de sua época, incluindo as propostas de Montessori, por desconsiderarem que a escrita deveria ter significado para as crianças. Ou seja, para Vygostsky, a escrita precisaria ser ensinada como algo relevante para a vida, pois somente dessa forma ela se desenvolveria não como "hábito de mão e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem" (p. 133).

O discurso da prontidão também foi questionado por profissionais da área de educação que apontavam a baixa qualidade dos "exercícios preparatórios": muito repetitivos e vazios de significado para as crianças, além de obrigarem que elas ficassem presas durante muito tempo a atividades com papel e lápis. Porém, o maior golpe nesse discurso foi o fato de que o fracasso na alfabetização continuava a ocorrer mesmo com o alto investimento público na disseminação de programas que apostavam em numerosos exercícios preparatórios para garantir a maturação almejada para a alfabetização.

Diante desses argumentos, observa-se a abertura de pelo menos três novos caminhos para o trabalho com a linguagem escrita nas salas de Educação Infantil, conforme apresentaremos a seguir:

Caminho 1: "A obrigação da alfabetização" Se não há sustentação teórica ou empírica para a ideia de pré-requisitos para alfabetização, por que esperar até os seis ou sete anos para alfabetizar as crianças? Os que adotam esse modo de pensar defendem, portanto, que as crianças concluam a Educação Infantil já dominando certas associações grafofônicas, copiando letras, palavras e pequenos textos, bem como lendo e escrevendo algumas palavras e frases. Os exercícios preparatórios são, assim, substituídos pelo trabalho exaustivo com letras, iniciando pelo reconhecimento e escrita de vogais, seguindo-se o trabalho com as consoantes e famílias silábicas. Subjacente a esse tipo de trabalho na Educação Infantil está à ideia de que a aquisição da leitura e escrita corresponde à aquisição de um código de transcrição do escrito para o oral e vice-versa, bastando à criança memorizar as associações som-grafia para ser alfabetizada.

Semelhantemente à abordagem dos pré-requisitos, a ênfase está no desenvolvimento de habilidades perceptuais e motoras. A diferença é que letras e palavras são utilizadas para o treino perceptual e motor, em vez de outros traçados, formas ou figuras.

Caminho 2: "O letramento sem letras!" Como relação ao tipo de trabalho descrito anteriormente (que, infelizmente, tem ganhado muito espaço na Educação

Infantil), vemos o surgimento de outro modo de pensar. Este foi reconhecido como "o letramento sem letras", 1 caracterizando-se a ênfase dada a outros tipos de linguagem na Educação Infantil, como a corporal, a musical, a gráfica, entre outras, banindo-se a linguagem escrita do trabalho com crianças pequenas. Nesse tipo de abordagem, portanto, a alfabetização, de modo contrário ao que propõe o caminho anterior, não é concebida como objeto do trabalho educativo, sendo, em geral, tomada como um "conteúdo escolar" e, portanto, proibido para crianças da Educação Infantil.

Tal concepção é equivocada por vários motivos, a começar pela perspectiva preconceituosa em relação à escola, vista, necessariamente, como o espaço "da disciplina rígida, da falta de criatividade, de espontaneidade, lugar que forma alunos passivos por meio de práticas repetitivas, vazias de significado, distantes das suas vidas e dos seus interesses" (Brandão, 2009, p. 105).

Especificamente, também não se considera que um trabalho em direção à alfabetização feito na Educação Infantil ou na escolaridade obrigatória tenha que incluir exercícios exaustivos de memorização e cópia de letras e famílias silábicas.

O resultado mais imediato é que os professores diante do evidente interesse demonstrado pelas crianças em querer aprender a ler e escrever ficam sem saber o que fazer, e em muitos casos, acabam por reproduzir práticas de ensino a que eles próprios

estiveram submetidos em suas experiências escolares, sem, no entanto, terem o conhecimento necessário para compreender as razões do que fazem e sem subsídio teórico algum para alicerçar suas práticas. Para não cair nesse erro, é defendido, portanto, a necessidade de falar, sim, na Educação Infantil, sobre escola, ensino, escrita, alfabetização, buscando, porém, especificar a escola, o ensino e a alfabetização de que se está sendo falado.

Caminho 3: "Ler e escrever com significado na Educação Infantil". Pode-se dizer que este modo de pensar nega os outros dois citados anteriormente, pois, neste caso, não se quer obrigar a criança a concluir a Educação Infantil alfabetizada ou "lendo palavras simples", por meio de exercícios repetitivos de cópia, ditado e leitura de letras, sílabas e palavras; por outro lado, também não se pretende que ela mergulhe em um mundo que exclui textos, palavras ou letras e que, portanto, não existe na maioria dos quadrantes de nosso país. Este caminho é, assim, inspirado, por um lado, nas idéias de Ferreiro e Teberosky sobre o processo de alfabetização, que começaram a ser divulgadas no Brasil, ao final da década de 1970, trazendo um grande impacto para as formas de pensar a alfabetização, bem como para a reflexão sobre o próprio papel da Educação Infantil e, por outro lado, na perspectiva sócio interacionista que alerta para a importância do papel da escola na inserção das crianças na cultura escrita desde cedo. Assim, nessa perspectiva, a alfabetização passa a ser entendida como um longo processo que começa bem antes do ano escolar em que se espera que a criança seja alfabetizada e consiga ler e escrever pequenos textos.

Ao investigar o que as crianças sabem/pensam sobre a escrita antes de serem alfabetizadas, Ferreiro e colaboradores mostraram que elas formulam hipóteses acerca das funções e funcionamento da escrita, queiram ou não os seus professores. Porém, Ferreiro (1993) adverte que as oportunidades de interagir de modo significativo com

a escrita não é igual para todas as crianças. Assim salienta que: Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar-se muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita.

LINGUAGEM ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO

Carlos A. FARACO

São Paulo: Contexto, 2012, p. 12

Dirigindo-se ao público docente, a obra procura fornecer lhe uma série de elementos que podem ser mobilizados na atividade docente. Na virada dos anos 1970 para os anos 1980, lecionando no curso de Letras da Universidade Federal do Paraná, Faraco foi chamado a participar de um grupo de professores alfabetizadores da rede pública de Curitiba que buscavam repensar sua prática, uma vez que estavam confrontados com as dificuldades em alfabetizar alunos de origem popular, que viviam em ambiente de pouco contato com a cultura escrita. O conceito de letramento só seria incorporado ao vocabulário pedagógico anos depois, mas as discussões do grupo, do qual faziam parte ainda professores que lecionavam também para alunos cujos pais possuíam maior escolarização e contato mais denso com a cultura escrita, conduziram o grupo a uma constatação importante. A maior dificuldade para alfabetizar aqueles alunos devia-se, em larga medida, ao contato reduzido e mais precário

com a cultura escrita até a idade de ingresso na escola. Era preciso, portanto, criar dispositivos didáticos que removessem uma forte imersão desses alunos no universo das práticas sociais mediadas pelos textos escritos para, a partir das experiências, das necessidades e dos desejos ali suscitados, alfabetizá-los.

Como se vê, portanto, a obra pode ser situada no interior daquelas que procuram relacionar alfabetização e letramento, considerando o segundo conceito como "a imersão na cultura escrita em suas múltiplas faces e no domínio de suas práticas socioculturais" e o primeiro como "o conhecimento do alfabeto e da lógica e dos mecanismos da escrita alfabética".

Seguindo o caminho trilhado pelo grupo de professores, o autor assume que "os eventos letradores antecedem a alfabetização, acompanham os momentos específicos de aprendizagem do alfabeto e do sistema alfabético e vão muito além desses momentos específicos". Vê-se, desse modo, que Linguagem escrita e alfabetização estão orientadas pela premissa de que o objetivo das atividades educativas de alfabetização deve ser a criação de meios para que os alunos possam dominar a linguagem escrita como atividade sócio interacional significativa e, consequentemente, promover e ampliar as possibilidades de eles participarem das atividades sociais mediadas pela linguagem escrita. Porém, afirma o autor, a alfabetização é um processo específico que requer um trabalho sistemático com a lógica do sistema da escrita alfabética. A contribuição da obra, portanto, está em considerar a alfabetização como um momento imprescindível do processo de imersão nas práticas socioculturais escritas e como um processo particular, com especificidades linguísticas que possuem implicações didático-pedagógicas. Negligenciar essas especificidades trará, previsivelmente, resultados negativos, especialmente para os alunos mais distanciados da cultura escrita.

Nos capítulos seguintes, a exposição está orientada por dois princípios fundamentais. O primeiro é de que os sistemas alfabéticos procuram, em tese, associar unidades sonoras (fonemas) a letras (grafemas), sendo que, no caso do português, há relativas transparência e regularidade nessa associação. O segundo princípio é de que o sistema gráfico guarda uma memória etimológica que altera a regularidade e a transparência do primeiro princípio e introduz, para o usuário, certa faixa de arbitrariedades, o que será fonte de dúvidas para o alfabetizando e, também, para o alfabetizado. Linguagem e escrita e alfabetização é uma obra que articula rigor teórico,

erudição e clareza de exposição, o que lhe permite cumprir seus objetivos de expor e explicar as características do nosso sistema ortográfico a partir de um determinado projeto educacional. Por essas características, é um importante instrumento para fortalecer o trabalho do professor alfabetizador.

Dessa forma o livro busca contribuir com o processo de qualificação do educador, a fim de proporcionar o desenvolvimento de uma ação pedagógica sistemática, que seja organizada e disponibilizada para os alunos diante de um processo de reflexão eficiente praticado constantemente pelos profissionais da educação infantil, embora as reflexões suscitadas ao longo do livro sejam validas para professores da primeira e segunda etapa da educação infantil, que evidencia que esta faixa etária terá maior participação nos conteúdos contidos no livro.

ALFABETIZAÇÃO: PROPOSTAS E PRÁTICAS

Maria C. de O. MICOTTI

São Paulo, Contexto 2012, p. 171.

Segundo o autor, o desenvolvimento de conhecimentos sobre a escrita (mesmo antes do ensino formal) por parte das crianças pode, por equívoco, conduzir a práticas pedagógicas, orientadas por uma postura apriorista; neste caso o ensino se limita a proporcionar um ambiente cheio de escritos, sem que haja trabalho pedagógico para propiciar a interação das crianças com eles. A alfabetização é vista como uma questão de tempo, pois, "a qualquer momento a criança vai começar a ler". Um dos pressupostos do construtivismo como proposta pedagógica é que, nas atividades que a criança desenvolve, esforçando-se para ler e escrever, ela descobre a função social da escrita bem como o código alfabético mediante a identificação de seus elementos e das regras da escrita convencional. A criança formula hipóteses a respeito da estruturação da escrita, de suas unidades e de seu funcionamento, para depois modificar as hipóteses que se mostrarem inadequadas e continuar utilizando as que, em seu entender, são válidas. Neste processo, considera-se que a compreensão orienta o desenvolvimento da leitura. As estratégias básicas de leitura são a elaboração de hipóteses e a realização de inferências que permitem antecipar e compreender o conteúdo de um texto, ou seja, identificar palavras sem necessariamente analisar cada letra. Neste enfoque, o ato de ler corresponde à conceituação de leitura como processo inteligente; o leitor, recorrendo aos seus conhecimentos anteriores e aos seus recursos cognitivos, antecipa o conteúdo do texto, formulando hipóteses.

A teoria de Piaget e o trabalho do professor no processo de alfabetização a teoria de Jean Piaget e a escola de Genebra constituem um dos grandes pilares de amplo movimento pedagógico que floresceu, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século

XX. Esse movimento, denominado construtivismo, tem afetado o ensino e se, por um lado, oferece elementos para revisões e críticas a antigas concepções e práticas pedagógicas, por outro lado, na realidade, tem sido objeto de várias interpretações, algumas distorcidas, mas bastante difundidas, baseadas em leituras equivocadas da epistemologia e da psicologia genética. (MICOTTI, 20 12, p. 4 7)

No entanto, há muito, esta visão reducionista das funções da escola não é suficiente para descrever as competências que ela deve desenvolver, pois antigamente era considerado analfabeto quem não sabia se expressar por escrito, porém nos dias atuais, há vários níveis de analfabetismo, na língua, nas ciências, nas tecnologias informáticas e por aí vai, neste sentido, há uma necessidade de que a escola se adapte com a nova era em que vive, possibilitando a construção de várias competências pessoais a serem desenvolvidas pelo indivíduo, pois com o aumento das necessidades para interagir nessa nova sociedade, ampliou-se de forma significativa, deste modo, apenas aprender a ler, escrever e compreender um texto na língua materna é insuficiente para isso, assim o indivíduo precisa ser capaz de se expressar em diversas linguagens.

Neste aspecto, desenvolve-se um amplo processo de reflexão sobre o significado profundo do ensino e da aprendizagem da escrita, pois durante o desenvolvimento o indivíduo é levado a ler e escrever, tendo o texto como o primeiro elemento com que interage procurando estabelecer suas idéias e organizando-as na busca pela compreensão e sentido das palavras que encontra, partimos para a leitura de fenômenos sociais do seu cotidiano de uma maneira mais ampla.

Como já dizia o grande educador Paulo Freire, da leitura stricto senso iniciamos uma jornada a caminho da construção do desenvolvimento de um processo de leitura do mundo, que é uma tarefa complexa e desafiadora, que necessita de um aparato teórico adquirido nas interações diárias, neste sentido, há uma problematização destas questões que deve ser enfrentada no ensino da escrita, por meio de um processo de ensino aprendizagem que seja fecundo, deixando de lado segundo a autora, as práticas escolares excludentes ou ineficientes e dinâmicas equivocadas que são apontadas e analisadas no livro. É preciso abandonar as estratégias que se apresentam de forma egocêntrica que se satisfaz com um processo contínuo de preenchimento burocrático de espaços, observando e levando em consideração exemplos extremamente ricos expressivos de uma realidade educacional viva, que podem contribuir muito com a qualidade do ensino, trabalhando em sintonia com o as mudanças ocorridas na sociedade, estabelecendo uma prática docente de maneira autocrítica, analítica, porém de forma assertiva e propositiva. Neste sentido o educador deve tomar todo cuidado para não agir de maneira ingênua ou incipiente à consciência dos meios de produção da escrita, procurando estabelecer diversos artifícios necessários para estimular os alunos a realizar as tarefas escolares utilizando de um processo de criação ativa e efetiva, sem destilar críticas inconsequentes, pois é fundamental que o educador estimule seus alunos incentivando- os de maneira a gerar expectativas de superação das situações problemas, desenvolvendo uma visão positiva colaborando com a construção dos caminhos a ser trilhados, favorecendo o surgimento de uma escola que efetivamente ensine a escrever.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui apresentados podem ser considerados um pequeno avanço no sentido de contribuições necessárias para o exercício profissional da Pedagogia, pois demonstram os avanços sociais e seu refinamento de conceitos que a afirmam enquanto direitos e compreensão da realidade que nos cercam, coloca em evidência a responsabilidade de oferta de um serviço de qualidade para com seus usuários desde a educação infantil e perpassando para os próximos níveis da educação à principalmente uma parcela específica da população atingida por conjunturas, contextos ou processos de vulnerabilidade social.

Cabe aos professores operarem algumas ações de reconhecimento político e conceitual para o seguimento e refinamento de concepções sobre as dimensões subjetivas que perpassa sua cultura profissional, pois seu trabalho se inscreve, também, no campo da defesa e/ou realização dos direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública, podendo contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização.

Por esta razão, registra-se como relevante o motivo da escolha do tema, uma vez que a Pedagogia desperta cada vez mais para outros espaços de atuação além dos que já estão constituídos e demarcados. Pensemos que a disponibilidade e a abertura do profissional às novas práticas e novos campos de atuação, elevam a categoria profissional e demarcam a importância da pedagogia em comunhão com outras ciências.

Trata-se aqui do novo, de outra escuta e de uma prática integrada com a realidade social na qual estamos inseridos – nesse sentido torna-se fundamental que, nós, pedagogos pensemos que a Alfabetização e Letramento não é apenas uma metodologia pertencente à pedagogia, mas sim, pensar nela como um processo educativo que passou por diversas transformações ao longo de sua história o que a tornou hoje o que conhecemos.

E apenas assim, possamos escrever novas linhas sobre a atuação dos pedagogos nas políticas sociais/ educacionais para além do fatídico fazer pedagógico que tanto individualiza, moraliza ou institucionaliza a questão educacional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi & ROSA, Ester Calland de Sousa (orgs.). Ler e escrever na educação infantil- Discutindo praticas pedagógicas. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2011.

FARACO, Carlos A. Linguagem escrita e alfabetização. São Paulo: Contexto, 2012.

MICOTTI, Maria C. de O. Alfabetização: propostas e práticas. São Paulo: Contexto, 2012.

PAIVA, Aparecida de. Alfabetização e Leitura Literária. A leitura literária no processo de alfabetização: a mediação do professor. In: BRASIL, Ministério da Educação. Alfabetização e Letramento na infância. Boletim 09/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC/ SEB, 2005.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da linguagem escrita. Porto

Alegre: Artes Médicas, 1986.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

Nova Escola, Ano XVIII, n. 162, maio de 2003

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e escrever: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003